

entrevista da semana

Marcelo Oliveira,
prefeito de Mauá e presidente do Consórcio

‘Obra no piscinão de Mauá vai acabar com alagamentos’

Após 23 anos, Mauá voltará a comandar o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. A missão caberá ao prefeito Marcelo Oliveira (PT), que assume oficialmente no dia 31 com o desafio de garantir a permanência de São Bernardo e São Caetano,

que protocolaram desligamento. Ribeirão Pires já sinalizou que deve permanecer. “O Consórcio é da população do Grande ABC”, afirmou o petista, em entrevista ao **Diário**. Marcelo também voltará as atenções para buscar resolver problemas crôni-

cos de Mauá, como as enchentes no entorno do Paço. Para isso, conseguiu R\$ 7 milhões do Estado para aumentar a vazão das águas do piscinão. “Se tudo der certo, já não veremos mais alagamentos na entrada da cidade no próximo verão.” **da Redação**



Fotos: Cláudia Plaza

RAIO X

Nome: Francisco Marcelo de Oliveira
Idade: 50 anos
Local de nascimento: nasceu e mora em Mauá
Formação: técnico em Eletrônica, tecnologia de processo de produção e pós-graduação em Políticas Públicas
Local predileto: Jardim Zaira
Livro que recomenda: O Príncipe, de Maquiavel, e A Arte da Guerra, de Sun Tzu
Personalidade que marcou sua vida: presidente Lula
Onde trabalha: Prefeitura de Mauá

Após 23 anos, Mauá voltará a comandar o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. A missão caberá ao prefeito Marcelo Oliveira (PT), que assume oficialmente no dia 31 com o desafio de garantir a permanência de São Bernardo e São Caetano,

Quando assumimos a Prefeitura, a situação era de total destruição. Nos deparamos com um caos e também ainda com a pandemia da Covid-19. Tivemos de nos organizar para ampliar leitos no Hospital Doutor Radamés Nardini, na UPA (Unidade de Pronto Atendimento), contratamos leitos no Hospital Sagrada Família, que é o antigo Vital. Não tínhamos na cabeça em fazer hospital de campanha porque o que foi feito na gestão anterior estava na mira da Polícia Civil e do MP (Ministério Público). E decidimos ampliar os leitos, já que ficaria esse legado para o município. Além desses desafios, tinha a questão da dívida. Havia uma dívida de curto prazo de R\$ 165 milhões. Algumas dívidas do prefeito sequer empenejou, como os R\$ 15 milhões para a Fundação do ABC. Negociamos com fornecedores e conseguimos sanar praticamente todo esse débito. Em 2021 e 2022, fechamos no azul. Em fevereiro, recebo o balanço de nosso segundo ano, mas já sabemos que fechamos com superávit. Pagamentos para entidades sociais estavam atrasados, sem reajuste durante quatro anos. Logo que assumimos aumentamos 10%, depois mais 20% e agora vamos repassar a inflação. Hoje posso dizer com segurança que Mauá está preparada para crescer e se desenvolver.

Nesse sentido, o que está em andamento hoje?

Estamos construindo escolas, o centro de convivência do idoso, novo centro de proteção animal, recapeamento de ruas, muros de contenção que estavam há 20 anos para serem feitos. Teremos muitas licitações nesse semestre, como do aumento da vazão de água do piscinão do Paço, estamos fazendo obras nos terminais do Centro e do Itapeva, a praça da Cidadania em parceria com o governo do Estado. Mauá está virando um cantinho de obras.

Falando do terminal no Centro, como tem sido o ritmo da obra?



“O governo Atila não prestou as contas e Mauá perdeu recursos estaduais para o custeio mensal do Nardini.”

Esse é um sonho de muitos anos da população de Mauá, desde quando me lembro que comecei a usar ônibus e trem para ir trabalhar em São Paulo, há 30 anos. E agora tivemos oportunidade de dar andamento nessa PPP (Parceria Público-Privada). É um projeto grande, de transformação de um espaço por onde passam mais de 120 mil pessoas por dia. Observamos que um dos problemas que tem no espaço é a captação de água e não a galeria. E por isso vamos ampliar. Fizemos o estudo de solo e vamos começar em breve a fazer a parte de de infraestrutura, de alicerce. Ainda deve levar este ano e boa parte do ano que vem.

Mauá sempre sofreu muito com chuvas, inclusive com tristes episódios de mortes. O que sr. tem feito para tentar mudar esse cenário?

Há algum tempo, um mapeamento indicava o número de 151 áreas de risco no município. Ao longo dos anos, algumas pessoas deixaram esses locais, foram para bolsa-aluguel

e outras foram para construções no Paranavai e no Feitil. Hoje esse número passa de 200. Existiu uma convivência e até incentivo do governo anterior em relação a isso. Estamos preparando para enviar projetos ao governo federal. Queremos legalizar algumas áreas e precisamos de parceria com União e Estado. A gente espera a volta do programa Minha Casa, Minha Vida para amenizar essa situação em Mauá.

E sobre a questão do piscinão do Paço, que em muitos casos não suporta as fortes chuvas e gera alagamentos na entrada da cidade?

A gente conseguiu recursos com o governo do Estado, por meio da atuação do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, da ordem de R\$ 7 milhões, para uma obra que deve custar por volta de R\$ 10 milhões, sendo R\$ 3 milhões de recursos próprios. Com isso, podemos acabar com um problema crônico de Mauá, que é a inundação, toda vez que chove, na entrada da cidade. Teve até empresa que foi embora por causa disso. A tendência, agora, é amenizar e até acabar com o problema. Hoje o piscinão tem uma vazão de 22 mil metros cúbicos por segundo e vamos aumentar para 50 mil.

Como isso vai ser feito?

Vamos implantar uma tecnologia avançada, que é um modo não destrutivo, que é aquele ‘tatuzinho’ que vai abrindo e concretando pela galeria, porque não podemos parar a circulação de trem. A vazão da água do piscinão é muito maior do que o caminho que passa abaixo da linha do trem, que vai sentido ao córrego Tamanduateí. É uma obra que, segundo os engenheiros têm dito, deve demorar por volta de quatro meses. E a licitação, caso não tenha nenhum problema, também deve levar uns quatro meses. Todo o projeto está pronto e vamos colocar em breve a licitação na rua. Estávamos esperando para assinar o contrato com o governo do Estado e isso aconteceu no fim de 2022. Correndo tudo na normalidade, a expectativa é de no verão do ano que vem não veremos mais imagens de alagamentos na entra-

da de Mauá. Isso soluciona essa questão.

Que marca o sr. pretende deixar em sua gestão?

Além das questões da habitação, obras e enchentes, a do gestor que organizou as contas da cidade e começou a organizar um trabalho de informatização do governo. Na questão do planejamento, contratamos uma empresa para levar para a internet os serviços oferecidos pela Prefeitura. Acredito que até o fim de fevereiro todos os serviços estarão nesse pacote, como alvará de funcionamento, de construção, que poderá ser autodeclaratório. Tudo para agilizar o trabalho. Também na saúde, estamos terminando nas 23 UBSS (Unidades Básicas de Saúde) e nas quatro UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) a informatização da recepção e, em relação aos serviços, deve demorar um ano. Vamos começar também a informatização na educação. E vamos trabalhar para um aplicativo de serviços na cidade para atender a população de Mauá.



“Não vou medir esforços para que fiquem. O Consórcio não é de nenhum prefeito e sim do Grande ABC.”

Como está a discussão em torno da manutenção do repasse estadual para o custeio do Hospital Nardini?

No governo de Donisete Braga, ele começou a discussão com o Estado para conseguir R\$ 1 milhão por mês. E conseguiu. E do meio do governo dele para a frente, Mauá começou a receber. Entrou o governo do Atila Jacomussi, e, por falta de prestação de contas, perdemos esses recursos. Nós que fizemos a prestação de contas quando chegamos, em janeiro de 2021. Também por meio de reuniões do Consórcio, levamos o assunto ao governo estadual, já que o Nardini atende boa parte da região, a Zona Leste, e ainda recebe pacientes de acidentes do Rodoviário e da Índio Tibiriçá. Eu apresentei a conta para lutar que um terço viesse do governo estadual, um terço do nosso orçamento e um terço da União. No governo federal, na gestão anterior, não tínhamos com quem conversar. No Estado, pedimos R\$ 3 milhões e começamos a negociar. Quando chegou em junho, assinaram um documento para garantir o repasse de R\$ 1,5 milhão ao mês referente aos últimos seis meses, de julho a dezembro. Como estava entrando em período eleitoral e não poderia haver repasse mensal, pagaram de uma vez os R\$ 9 milhões. E acabou. Em dezembro, voltei lá e falei sobre a manutenção. E eles disseram que não poderiam assumir o compromisso para o próximo governo que começaria. Começou o ano, pedi reunião com a nova equipe e estou aguardando para levar esse tema. Nesse momento, estamos mantendo o Nardini com 100% dos recursos municipais.

Recentemente, a cidade enfrentou a saída da Fundação Tupy. O que o governo tem feito para tentar frear esse processo desindustrialização?

Sou oriundo de empresa, fui funcionário da GM por 25 anos e sei da importância da geração de emprego e renda. Logo que assumimos criamos o programa Desenvolve Mauá, com benefícios para empresas e a partir daí abrimos diálogo. Visitei muitas empresas, fizemos feiras de emprego. No caso da Tupy, já era um processo

que estava construído há algum tempo. Eles não saem da noite para o dia. Mas o governo anterior não dialogou. Em 2020, quando ainda era vereador, ajudei no diálogo para que a empresa Valisere voltasse para Mauá.

O sr. foi eleito presidente do Consórcio para a gestão de 2023 e assume oficialmente no dia 31. Como foi a construção desse processo?

O Consórcio tem 30 anos e Mauá só havia presidido o órgão uma vez, com Oswaldo Dias (em 2000). Vinha conversando isso com os prefeitos. Em 2022, São Caetano e Ribeirão Pires estavam com problemas jurídicos e com governos de Bolsonaro e João Dória, para o PT, não dava. Já mantivemos o Paulo Serra. E havia conversado que, se Lula ganhasse a eleição, o presidente seria um prefeito do PT. Conversei com José de Filippi Júnior (prefeito de Diadema), perguntando se eu poderia ser o nome, já que Mauá estava há 23 anos sem comandar o Consórcio. O Filippi estava com o nome posto e depois que conversamos ele entendeu que seria importante Mauá estar à frente. Conversamos com o Paulo e com os demais prefeitos. Fui em São Caetano e o prefeito José Auricchio Júnior (PSDB) disse que iria avaliar. Mas, naquele momento, não conseguimos nos organizar no consenso. Vencemos a disputa, eu como presidente e Filippi de vice, e logo depois São Bernardo e São Caetano protocolaram intenção de deixar o Consórcio. Ribeirão Pires não apresentou o documento. Mas não vou medir esforços para que todos fiquem. Conversei com Guto Volpi e ele entendeu a importância de Ribeirão Pires no grupo. O Consórcio não é de nenhum prefeito e de nenhuma cidade. O Consórcio é da população do Grande ABC.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 4